

## ONGs E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS: SOLIDARIEDADE ÀS AVESSAS<sup>1</sup>

NGOs AND SOCIAL RESPONSIBILITY OF THE COMPANIES SOLIDARITY TO REVERSE

Joana Aparecida COUTINHO<sup>1</sup>

**RESUMO:** este artigo tem como objetivo tratar de um aspecto essencial para a consolidação das ONGs e/ou terceiro setor como políticas de emprego e geração de renda: as Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento (ONGDs) e da chamada responsabilidade social das empresas. Ambas apresentam-se com o objetivo de promover o desenvolvimento local e a auto-sustentação das comunidades onde atuam. Crescem num momento de desmantelamento do Estado social e tanto uma como a outra raramente fazem alusão às causas estruturais da pobreza.

**PALAVRAS-CHAVE:** terceiro setor; ONGs; responsabilidade social

### INTRODUÇÃO

A maioria das Organizações Não-Governamentais (ONGs) surgida na década de 1990 mantém uma relação tão íntima com as instituições empresariais que incorporam termos como *responsabilidade social, ética empresarial e empresa cidadã* aos seus discursos. Essa relação, no nosso entendimento, contribui com a política do *colchão amortecedor* para amenizar os conflitos e contradições de classes.

O termo *responsabilidade social*, tal como a expressão *terceiro setor*, surgiram nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 1999) em um contexto muito específico. Agências internacionais e intergovernamentais como

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte, ligeiramente modificada, do terceiro capítulo da tese de doutoramento em Ciências Sociais: Política: ONGs e políticas neoliberais no Brasil, defendida na PUC-SP.

<sup>2</sup> Professora substituta do Departamento de Ciências da Universidade Federal de São Carlos e membro do Núcleo de Estudos Ideologias e Lutas Sociais<sup>3/4</sup> NEILS. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP.

a Fundação Ford<sup>3</sup> - que, não por mero acaso, iniciou suas atividades no Brasil em 1959, ano da Revolução Cubana. Esta revolução suscitou a possibilidade de uma revolução socialista na América Latina e motivou mudanças na política estadunidense para a região. O financiamento de projetos sociais aparece vinculado, quase sempre, ao temor de um crescimento das idéias comunistas/socialistas associadas às condições de pobreza e miséria.

No mesmo modelo estadunidense foram criadas no Brasil,<sup>4</sup> nos últimos anos, fundações e institutos empresariais preocupados em difundir no meio empresarial a utilidade de expressões como *responsabilidade social e empresa cidadã*. Diante de um mercado extremamente competitivo as fundações empresariais tais como, Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), a Fundação ABRINQ Pelos Direitos da Criança e do Adolescente (ABRINQ) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS) relacionam a melhoria da imagem da empresa como um fator importante para a valorização concorrencial de seus produtos.

Trabalham ainda com a idéia de um voluntariado - presente nos discursos do chamado terceiro setor - cuja ação consiste em transformar a solidariedade, própria das práticas sociais das classes populares em mais um mecanismo institucionalizado da exploração de classe. Adequada à lógica do capital, a empresa responsável receberá como recompensa pelas suas ações cidadãs o reconhecimento da comunidade e dos consumidores e como efeito o aumento dos seus lucros. Procura destacar um suposto compromisso com os problemas sociais no seu entorno ao agregar um valor ético aos seus produtos diferenciando-se diante dos consumidores e usufruindo vantagens competitivas na renhida batalha no mercado globalizado: “[cria-se uma] cadeia de eficácia, e o lucro nada mais é do que o prêmio da eficácia” (MARTINELLI, 1997, p.81; 83).

---

<sup>3</sup> Embora formalmente independente, a Fundação Ford mantém inegáveis afinidades com a classe dominante e governo dos EUA. Não é demais ressaltar que essas fundações empresariais como, também, a Rockefeller, a MacArthur, etc. financiam projetos acadêmicos com bolsas de estudos, pesquisas cujas temáticas têm uma relação muito íntima com os temas considerados prioritários pelas agências financiadoras. Isso diz respeito não só às pesquisas direcionadas pelas ONGs como de igual modo àquelas desenvolvidas na Universidade. Não gratuitamente, a maioria das dissertações de mestrado e teses de doutoramento é pouco crítica em relação às ONGs.

<sup>4</sup> Os proprietários de grandes empresas criam e mantêm outras Fundações, como a Fundação Bill e Melinda Gates, centrada na área de Educação. No Brasil: Fundação Boticário, Fundação Roberto Marinho, Fundação Bradesco, Instituto Cultural Itaú, Fundação Banco do Brasil, etc.

Para os institutos/fundações, a responsabilidade social implica em diminuir o efeito das ações negativas das empresas, sobre a comunidade - batizado pelo Instituto Ethos de "valorização da diversidade" -, ressaltada como uma vantagem na concorrência (RAFAEL, 1997; ETHOS, 2000). O argumento é lógico: os cidadãos estariam cada vez mais exigentes e conscientes em relação a questões ambientais ou éticas como, por exemplo, o emprego da mão-de-obra infantil. Importante ressaltar que estas questões relacionadas às condições de trabalho integravam, desde o século XIX, as reivindicações operárias.

A diversidade segundo o ETHOS deve contemplar desde a variedade de produtos das empresas (a mercadoria) até a satisfação dos trabalhadores: "[...] empregados que têm no local de trabalho incentivo mostram-se mais satisfeitos com suas atividades profissionais e os empregados cujos ambientes de trabalho são de incentivo e respondem às suas necessidades individuais são os mais leais" (ETHOS, 2000, p. 28). Promoveria, ainda, uma "coesão social, suscitada pelos "funcionários motivados" a trabalhar com a "comunidade" (ETHOS, 2000, p. 28).

Como a responsabilidade social faz parte do *marketing* da empresa, é necessário traçar as diretrizes para que a diversidade seja implementada. Entre outros itens, seria necessário: estabelecer parcerias, intercâmbios com entidades e instituições da comunidade voltadas para a promoção; reforçar as relações comunitárias da empresa, investindo de "[...] múltiplas maneiras em iniciativas da comunidade que visem à qualificação de trabalhadores socialmente excluídos, aumentando a variedade de candidatos e de fontes de recrutamento" (ETHOS, 2000, p.49).

Não podem faltar, nesse repertório (das empresas), temas como: gênero, raça e etnia, portadores de deficiências, crenças e opiniões, idade (criança, adolescente e idosos), meio-ambiente, como se sabe, palavras-chave no linguajar das ONGs.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPRESA CIDADÃ

Paralelamente à idéia de responsabilidade social caminha outra, igualmente carregada de ideologia: a empresa cidadã — aquela que para Viviane Forrester, em o *Horror Econômico* (1997), nenhum surrealista teria ousado inventar.

Às empresas consideradas cidadãs, voltadas para o *bem*, são oferecidas subvenções, isenções de taxas, possibilidades de contratos vantajosos, em troca de empregos. Apresentam-se como portadoras de ética e moral; abertas ao bem-estar geral (como se não visassem ao lucro), e são premiadas pelo simples fato de cumprirem a legislação.

O *Selo Empresa Cidadã* é um exemplo claro. Criado na Câmara Municipal de São Paulo por meio da lei 05/98, diz representar um “novo patamar de civilidade” e premia empresas que contemplem a “responsabilidade social”. Podem candidatar-se empresas que preencham os seguintes pré-requisitos: a) não empregar mão-de-obra infantil e nem comprar produtos ou serviços de empresas que o façam; b) estar em cumprimento com as obrigações fiscais e em conformidade com a legislação vigente; c) a empresa que possuir página na Internet terá que disponibilizar seu balanço social para consulta pública pelo período mínimo de seis meses. Para obter o título a empresa deve preencher formulário do Selo Empresa Cidadã, ou o de balanço social elaborado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Como não há qualquer fiscalização formal pelos que concedem o prêmio, os dados fornecidos pela empresa (desde que cumpridos os pré-requisitos) são suficientes para a inscrição.

A premiação vincula empresas, organizações da sociedade civil e o legislativo municipal no processo de avaliação. Na fase do julgamento, a Comissão Executiva contará com a participação de organizações que, em suas ações voltadas à cidadania, ética, qualidade de vida e expansão dos direitos humanos e sociais, têm condições privilegiadas para reconhecer o caráter cidadão nas ações da gestão empresarial (SELO EMPRESA CIDADÃ, Regulamento 2003).

Empresas representantes do grande capital,<sup>5</sup> no Brasil, receberam o referido selo. O critério para a seleção é único: a divulgação do balanço social, mecanismo que permitiria ao empresário refletir, medir e sentir o seu empreendimento no campo social. Para fornecedores e investidores serviria como indicador da administração da instituição.

---

<sup>5</sup> Foram premiadas com o Selo 29 empresas, entre elas, a Monsanto, a Alcoa, Estapar, o Mac'Donald, a Souza Cruz, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), os bancos Itaú, Bradesco, Santander/Banespa. O que essas empresas apresentam para merecer o selo de empresa cidadã é o fato de declararem atuação em alguma linha de ação social. Várias delas, como a Monsanto, a Alcoa, a Souza Cruz e os bancos, possuem fundações ou institutos vinculados. Fonte: [www.ciee.org.br](http://www.ciee.org.br); [www.telhas.com.br/institutoalcoa](http://www.telhas.com.br/institutoalcoa); [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br); [www.interage.org](http://www.interage.org); [www.serasa.com.br/responsabilidadesocial](http://www.serasa.com.br/responsabilidadesocial); [www.institutosouzacruz.org.br](http://www.institutosouzacruz.org.br)

O fundador do IBASE, Herbert de Souza (Betinho), tinha grandes expectativas em relação a este dispositivo, considerando que o

[...] processo chega até aos consumidores, que verificam a qualidade dos produtos. Há uma aproximação entre a empresa e o mercado consumidor. Quanto ao Estado, cabe a concessão de subsídios, importantes para a elaboração de normas legais que regulamentem, da maneira mais adequada, a atividade da empresa para o bem-estar individual e da comunidade. Sem distinção, chegando ao lucro sem ultrapassar os limites sociais. Por consequência, mais lucro, mais satisfação dos funcionários e consumidores. (SOUZA, 1997, p. B1)

O balanço social atenderia indiscriminadamente a todos (capitalistas e trabalhadores), aos primeiros, oferecendo os elementos essenciais para o desenvolvimento de programas e responsabilidade social; aos segundos, a garantia de que as “[...] expectativas cheguem até os patrões de uma maneira sistematizada e quantificada” (SOUZA, 1997, p. B1).

Betinho parecia acreditar que o fato de uma empresa ter publicado o seu balanço social substituiria as formas tradicionais de organização dos trabalhadores. Não haveria contradições entre os interesses dos empregados e os dos capitalistas (patrões) e, por conseguinte, as expectativas dos trabalhadores se limitariam àquelas estabelecidas pela *filantropia empresarial*.

A responsabilidade social induziria a práticas benéficas,<sup>6</sup> pois os empresários capitalistas estariam muito preocupados com a cidadania e a *exclusão social*.<sup>7</sup> Ocorre que tamanha *consciência social e despojada filantropia* não têm atendido sequer aos interesses imediatos dos trabalhadores. E, para não mencionar os estruturais, se produz

<sup>6</sup> A este respeito ver os trabalhos de Rafael (1997); Fundação Abrinq ([www.abrinq.org.br](http://www.abrinq.org.br)); Fundação Gife ([www.gife.org.br](http://www.gife.org.br)). A dissertação de mestrado de Santos Lima (Administração-PUC-SP-2001), *Responsabilidade social: a experiência do selo empresa cidadã na cidade de São Paulo*, é ilustrativa, pois apresenta a empresa cidadã como a formação do novo perfil do empresariado para o século XXI: comprometido com um desenvolvimento sustentável, respeitador do meio ambiente e dos direitos humanos. As ONGs, contestadoras do neoliberalismo, promoveriam uma espécie de rebelião “contra um sistema excludente e antiético”, e seriam as fiscalizadoras das organizações públicas e privadas.

<sup>7</sup> A Revista Exame publicou um Guia de Cidadania Corporativa. Além de enumerar as enormes vantagens da prática da responsabilidade social das empresas, deixa claro que o compromisso com a tal cidadania e responsabilidade social não impede que as empresas façam demissões. O problema estaria somente no “modo como elas ocorrem” (REVISTA EXAME 72, 2000).

algum resultado mais consistente é no sentido de desorganizar os explorados e oprimidos, justamente ao constituí-los em objetos de filantropia dos poderosos.

Mesmo assim, pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizada para retratar a atuação social das empresas, conclui que a filantropia é o motor da ação social promovida por intermédio de doações de recursos para organizações comunitárias, filantrópicas ou religiosas. Segundo o relatório, as ONGs devem estar influenciando o perfil do atendimento social das empresas privadas.

Como o principal motivo para a atuação das empresas não é o incentivo fiscal, seria necessário rever os mecanismos existentes para estreitar os laços de parceria entre o setor privado e o governo contra os chamados problemas sociais. Tal necessidade seria sentida por uma parcela considerável dos empresários que identificam a insuficiência dos incentivos governamentais como obstáculo à sua atuação no social. Dentre as principais sugestões dos empresários para ampliar o atendimento social constam que o governo deveria: 1) reduzir a carga tributária e os encargos sociais; 2) estimular, nos meios de comunicação de massa, a divulgação das ações realizadas pelas empresas privadas e dos benefícios sociais gerados; 3) mobilizar e conscientizar as empresas para atuarem no social; 4) divulgar os benefícios fiscais concedidos às empresas para atuarem na área social; 5) reduzir a burocracia governamental para a realização das ações sociais; 6) promover parcerias entre governos, empresas e comunidades para orientar as ações sociais do setor privado; 7) criar novos mecanismos de estímulo à atuação social das empresas (PELIANO, 2000).

O estudo de Melo Neto e Froes (1999), sobre responsabilidade social como prática das empresas, aponta para uma conclusão diferente: entre os vários benefícios de tal prática, para as empresas, são enfatizados os retornos tributário-fiscal e o social. O principal incentivo para os investimentos sociais das empresas seria a permissão para “[...] deduzirem parte do valor investido em projetos sociais e ações comunitárias do valor devido dos impostos” (MELO NETO; FROES, 1999, p. 170).

Mas, para os mesmos autores, este seria um momento marcado pela nova concepção de Estado, que substitui o Estado *burocrático totalizante* do bem-estar-social e o próprio Estado mínimo dos liberais, por um Estado comprometido com a sociedade civil. Tal Estado exerceria o seu pleno “[...] poder social, controlando os excessos

do mercado, das empresas inescrupulosas, dos burocratas perdulários e corruptos, regulamentando serviços prestados pela iniciativa privada” (MELO NETO; FROES, 1999, p.4). Esse processo seria um resultado natural da nova ordem social, promovida por entidades filantrópicas, entidades de direitos civis, movimentos sociais, ONGs, agências de desenvolvimento social, órgãos autônomos da administração pública descentralizada, fundações e instituições sociais das empresas. A nova ordem seria, portanto, definida pelo chamado terceiro setor.

Os chamados investimentos sociais das empresas, geralmente, se restringem às suas áreas de atuação, em consonância com a responsabilidade social interna de atendimento aos próprios trabalhadores da empresa (funcionários ou empregados). Esses estudos ou pesquisas sobre responsabilidade social ocultam que a sociedade capitalista é dividida em classes sociais de interesses antagônicos. Seu comovido discurso nada esclarece, mas sempre confunde. O fato de a empresa patrocinar as *boas causas*; preocupar-se com a nutrição dos trabalhadores e financiar projetos teoricamente benéficos para os seus filhos; ou não praticar fraudes; em nada altera os mecanismos de exploração a que estão submetidos os trabalhadores, eufemisticamente chamados excluídos ou pobres (BERNARDO, 2000).

Neste sentido, o texto de Edson José Rafael, *Fundações e direito*, é ilustrativo:

[...] hoje todos os empresários devem dedicar parte de seu tempo na tentativa de construir uma sociedade mais justa, coesa, respeitadora das leis, mais solidária e disposta a criar condições que garantam a sobrevivência não só das instituições, mas também, e especialmente de todos os seres humanos que habitam o nosso país. (1997, p.15)

Como exemplos de empresários preocupados com os habitantes do país estariam: a família Álvares Penteado, pela visão pioneira de dedicação ao social e criação de fundações dedicadas à educação, como a Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); a Fundação Cásper Líbero; e a Fundação Bradesco, ligada ao capital financeiro.

A ação social empresarial legitima-se no interior do terceiro setor: celeiro de organizações que ensinam o empresariado a *doar*, a estruturar entidades específicas (institutos, fundações) e a utilizar a filantropia para melhorar a sua imagem. Mas, ensinam, também, outras ONGs a captar recursos nas empresas (na linguagem empresarial, trabalhar o *marketing* da instituição). A figura do captador de recursos é

central nessas organizações que, por isso, investem cada vez mais em um quadro profissionalizado.<sup>8</sup>

#### SOLIDARIEDADE EMPRESARIAL

Outro tema que merece atenção é a propalada solidariedade dos empresários para com seus trabalhadores. Essa apresenta dupla face: uma entidade constituída por relações mercantis e não-mercantis. Com procedimentos aparentemente não relacionados com a produtividade, obtêm o consentimento dos trabalhadores e reduzem as incertezas que permeiam seu relacionamento, transformando uma política de pessoal da empresa em mecanismo de *solidariedade*. Novamente é a visibilidade da empresa que está em jogo, como afirma Maria Célia Paoli (2002). A imprensa destaca a figura dos funcionários *felizes* mobilizados para o trabalho social nas comunidades, apaga-se dessa lógica o vínculo do contrato que define a sua relação de trabalhador assalariado com a empresa.

Outra ambigüidade dessa ação empresarial está na forma como se apresentam à população. Partem da constatação que o Estado é ineficiente na prestação das políticas públicas estatais, e “[...] que estas criaram apenas cidadãos acomodados ao contexto da miséria circundante” (PAOLI, 2002, p.408) A responsabilidade filantrópica, contrariamente, seria a “[...] modernidade civil colocada com ênfase no campo do mercado, a qual operando através da racionalidade instrumental própria da gestão mercantil, captura uma participação ativista ampla e voluntária que realiza o milagre da cidadania da doação” (PAOLI, 2002, p. 408).

Coerentemente, a concepção de Estado da maioria das análises sobre o terceiro setor é a do Estado mínimo, preconizado pelos neoliberais. No Brasil, as organizações do terceiro setor e, por

---

<sup>8</sup> O artigo de Josias de Souza, *Filantropia da viúva banca escola da vizinhança chique de FH*, desmascara a filantropia da FAAP. Em seus estatutos, a FAAP é uma organização “sem fins-lucrativos”, mas seus balanços indicam ser uma empresa rentabilíssima: “fatura algo como R\$ 80 milhões por ano [...]. Esse portento do mundo dos negócios educacionais não paga impostos. Graças a um documento da Previdência, apelidado pela burocracia de CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiante de Assistência Social), a FAAP deixa de recolher aos cofres públicos cerca de R\$ 12 milhões por ano. Em troca, deveria prestar assistência à malta. [...] A miséria só entra na FAAP em ficção [...] Chega-se ao seguinte disparate: o mesmo governo que, de pires na mão, convive com greves em universidades públicas e postos de INSS patrocina, com o beneplácito da Previdência, escola que serve à vizinhança abastada de FHC” (2001, p. A7).



consequente, das ONGs, proliferaram vertiginosamente na década de 1990, principal momento de implementação das políticas de caráter neoliberal.

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRISE DO CAPITALISMO E A SUA FORMA NEOLIBERAL

Liberalismo e neoliberalismo são formas de defesa do modo de produção capitalista. A forma neoliberal encontra terreno para o seu desenvolvimento nas transformações econômicas e políticas do capitalismo que, após o relativo restabelecimento do processo de acumulação pelo Estado *keynesiano* (Estado de Bem-Estar Social), segue sua tendência de concentração e centralização (FIORI, 1997; MOTTA, 2001).

Pode-se considerar o neoliberalismo como uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno (THERBORN, 1995). No discurso neoliberal, articulam-se de modo contraditório uma “[...] ideologia teórica, transplantada da época do capitalismo concorrencial, e uma ideologia prática que [...] corresponde à fase do capitalismo dos monopólios, da especulação financeira e do imperialismo” (BOITO JR, 1999, p.23).

A ideologia neoliberal seria o próprio liberalismo econômico exaltando o mercado; buscando sua despolitização total e a liberdade absoluta de circulação dos indivíduos e dos capitais privados (BOITO JR, 1999; FIORI, 1997). Por isso, os liberais defendem o individualismo e a igualação de oportunidades, ou condições iniciais igualizadas para todos (FIORI, 1997, p.12). Diferenciam-se quando o liberalismo econômico considera possível articular a liberdade de mercado ao governo democrático, não vêem problemas na coexistência de liberalismo econômico e ditadura. Hayek, talvez o principal teórico do neoliberalismo, já em 1944 declarou não ter a “[...] a intenção de converter a democracia em fetiche” (HAYEK, 1990, p.83).

O avanço do neoliberalismo ocorre a partir dos anos 1960, quando as idéias de Hayek e de Milton Friedman começam a ganhar espaço acadêmico. Hayek e seus seguidores posicionavam-se contra toda política baseada no keynesianismo, em seu auge de desenvolvimento: um Estado intervencionista com regime liberal democrático e políticas de bem-estar social, em suma, a social-democracia (PRZEWORSKI, 1989; ALMEIDA, 1991).

A social-democracia fortaleceu a ideologia de que se o Estado fosse uma instituição capaz de regular as crises cíclicas do capitalismo a fim de manter o pleno emprego, a sociedade não ficaria à mercê dos caprichos do mercado capitalista e a economia poderia ser controlada. Daí resultaria o “[...] bem-estar dos cidadãos continuamente intensificado pelo papel ativo do Estado” (PRZEWORSKI, 1989, p. 53-57). Os social-democratas desenvolveram uma ideologia abrangente sobre o Estado de bem-estar social e lhe atribuíram o papel de “[...] modificar a interação das forças de mercado abandonando o projeto de nacionalização” (PRZEWORSKI, 1989, p. 53-57. Nessa reconfiguração do sistema capitalista: a) o Estado responsabiliza-se pelas atividades que não são lucrativas para as empresas, mas que são necessárias para a economia; b) o governo regula, especialmente por meio de políticas anticíclicas, o funcionamento do setor privado; c) o Estado, aplicando medidas pautadas pela teoria do bem-estar, atenua os efeitos distributivos do funcionamento do mercado (PRZEWORSKI, 1989).

O essencial da ideologia social-democrata consiste na convicção de que o mercado pode ser dirigido para as alocações de qualquer bem, público ou privado, que sejam preferidos pelos cidadãos e de que pela racionalização gradual da economia o Estado pode transformar os capitalistas em funcionários privados do povo sem alterar a situação legal da propriedade privada (PRZEWORSKI, 1989, p.57).

Milton Friedman, em *Capitalismo e liberdade* (1984), deixa claro que o papel do governo é fazer alguma coisa que o mercado não pode fazer: arbitrar, colocar as regras do jogo em vigor, e agir nos casos em que a troca seja estritamente cara ou impossível. Quanto maior o âmbito das atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões que precisam de decisões explicitamente políticas e, portanto, menor a necessidade de concordância e maior a possibilidade de “manter uma sociedade livre” (FRIEDMAN, 1984, p.33-30).

O Estado de bem-estar social, assim como o comunismo ou o socialismo, seria questionável e incômodo porque se baseia no coletivismo e numa intervenção *paternalista* da atividade governamental. Como os empreendimentos realizados pelo Estado de bem-estar social não alcançaram os objetivos previstos, promoveram sua própria estagnação. Os Estados Unidos, ao contrário, continuaram a progredir porque a iniciativa dos indivíduos no mercado livre contribuiu para que os seus cidadãos estivessem

[...] mais bem alimentados, mais bem vestidos, mais bem instalados e dispõem de melhores transportes; as distinções

sociais e de classe diminuíram; os grupos minoritários estão em situação menos desvantajosa, a cultura popular desenvolveu-se. Tudo isso foi o resultado da iniciativa e do esforço de indivíduos cooperando através do mercado livre. As medidas governamentais prejudicaram em vez de favorecer tal desenvolvimento. Fomos capazes de suportar e superar tais medidas unicamente devido à extraordinária fecundidade do mercado. A mão invisível fez muito mais pelo progresso do que a mão visível (FRIEDMAN, 1984, p.182).

Hayek, em *Caminho da Servidão* (1977), afirma claramente que ao Estado cabe apenas mitigar os desastres dos quais os indivíduos não podem se defender sozinhos e, neste caso, a “[...] ação pública deve, indubitavelmente, ser empreendida” (HAYEK, 1977, p.115).

Um importante argumento esgrimido nos textos do Banco Mundial, das ONGs internacionais/ financiadoras de projetos, ou das ONGs terceiro setor como um todo, é o discurso da descentralização dos serviços, porque estes ficariam mais acessíveis à população.

Para o inspirador desse argumento, Hayek, descentralizar é reduzir a soma “[...] absoluta de poder, e o sistema de competição é o único capaz de reduzir ao mínimo, o poder exercido pelo homem sobre o homem” (HAYEK, 1977, p.137). A garantia da liberdade individual estaria vinculada à separação dos objetivos políticos dos econômicos e, por isso, atacada pelos coletivistas. Reconhece que o poder econômico pode ser um instrumento de coerção que centralizado como “[...] instrumento de poder político, um grau de dependência que dificilmente se pode distinguir da escravidão” (HAYEK, 1977, p.137).

Entretanto, os princípios da ideologia neoliberal não correspondem, coerentemente, às suas propostas e práticas que inspiram. A defesa do mercado, por exemplo, “[...] circunscreve-se àquilo que convém aos grandes monopólios e ao imperialismo na era do capitalismo monopolista e da especulação financeira” (BOITO JR, 1999, p.27). Apesar de defenderem um Estado mínimo, selecionam os setores e atividades que não podem prescindir do Estado:

Enquanto os salários dos trabalhadores foram desindexados, passando a “flutuar livremente no mercado”, a dívida externa foi estatizada por exigência e para garantia dos credores internacionais; o câmbio e os juros, que remuneram os investimentos financeiros nacionais e estrangeiros, são mantidos em níveis elevados por intervenção governamental, e a cada crise inflacionária ou cambial, os

neoliberais, apologistas da liberdade de iniciativa, recomendam a intervenção do Estado e os “pacotes” salvadores; os grandes bancos não protestam contra a intervenção do Estado para subsidiar bancos em situação pré-falimentar e regular o processo de reconcentração no setor bancário; o monopólio é maléfico se for exercido por uma empresa estatal, mas é benéfico se estiver nas mãos de grupos privados (BOITO JR, 1999, p.29).

As idéias neoliberais cresceram com a crise do modelo econômico do pós-guerra, que se inicia em 1973, quando os países capitalistas avançados caíram numa longa e profunda recessão. O triunfo dessas idéias ocorreu nos anos 1980. Na Inglaterra, durante o governo de Margareth Thatcher houve uma elevação das taxas de juros, baixaram os impostos sobre os rendimentos altos, aumentou o nível de desemprego e se lançou um amplo programa de privatização: habitação, indústria básica como o aço, a eletricidade, o petróleo, gás, água, etc.

A aparente vitória neoliberal, decorrente do projeto de desmonte do Estado de Bem-Estar Social (nos países desenvolvidos), tornou-se a grande bandeira das

[...] ‘reformas’ das quais se fala indiferenciadamente em toda a América Latina, como se elas fossem o ‘abre-te sésamo’ da felicidade ou de um ‘novo modelo de desenvolvimento’ [que] se apossaram do ‘reformismo social-democrata’ transformando-o numa arma ou proposta de destruição da principal obra dos próprios social-democratas (FIORI, 1997, p. 214-215).

Obreve sucesso dos social-democratas, durante trinta anos, restringiu-se a determinados países de capitalismo avançado ou, no máximo, ao que Francisco Teixeira (1988) denomina “capitalismo maduro”. Aí o Estado interventor gozou de um relativo êxito e *legitimidade*. Na sociedade brasileira, ao contrário, a intervenção estatal foi estruturalmente incapaz de propiciar um mínimo de bem-estar material para a grande maioria da população (TEIXEIRA, 1998, p. 220-1).

Os efeitos das políticas neoliberais atingem diferentemente os países centrais e os países periféricos. O Estado de bem-estar, apesar de “[...] minado pela política neoliberal, continua existindo na Europa Ocidental e em decorrência, inclusive, da resistência operária e popular diante do avanço do neoliberalismo” (BOITO JR, 1999, p.31) Ao contrário, nos países periféricos, como nos países centrais serve para restringir ou suprimir os direitos dos trabalhadores. A diferença é que, “[...] na periferia, a política neoliberal encontrou pela frente um sistema

de proteção social menos desenvolvido e pôde avançar muito mais do que lograra fazer no centro do sistema” (BOITO JR, 1999, p. 37).

Na América Latina, os Planos de Ajustes Estruturais (PAES), impostos pelas agências financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial), exerceram papel fundamental na implementação das políticas neoliberais, para que o Estado se ajustasse à *nova* realidade internacional, e aos seus efeitos. Documento interno do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, no governo Cardoso, argumenta que o Brasil

deveria ajustar-se a essa ‘nova’ realidade implementando políticas que aumentem o seu grau de abertura, para poder aproveitar as benesses da globalização. A perda de posição do Brasil no contexto do investimento direto internacional tem que ver com instabilidade macroeconômica interna e também com a continuidade de políticas industrial e comercial *inconsistentes com as tendências internacionais* (FRANCO, 1996, p.10 apud CARCANHOLO, 1998, p.28).

Os Programas de Ajuste Estrutural (PAEs) - propostos pelas agências financeiras internacionais e aceitos pela maioria dos governos da América Latina - impuseram um pacote de políticas orientadas para o estabelecimento deste novo padrão de acumulação capitalista em duas fases: a) de *estabilização*: ajuste fiscal, controle da inflação, nova taxa cambial (mediante desvalorização); b) de *mudança estrutural*: inclui a liberalização do comércio e dos fluxos de capital, a privatização, reformas financeiras e tributárias, desregulação das relações trabalhistas e uma inflexão radical na política social.

Os resultados são conhecidos: concentração de renda; aumento da miséria, do desemprego ou do emprego informal (mesmo em períodos de relativo crescimento econômico).

Para implantação da nova política social, duas etapas: 1) a do ajuste fiscal, com a erosão das instituições públicas e 2) a conversão de serviços e benefícios sociais em mercadorias. O efeito combinado do ajuste fiscal, dos cortes salariais e de desemprego levou à deterioração das instituições públicas e ofereceu as bases para um novo ataque ideológico que apresenta as instituições e os programas sociais públicos intrinsecamente como ineficientes, burocráticos, desumanos, etc. Mas isso apenas reafirmou a necessidade de se prosseguir nas reformas neoliberais.

A nova concepção - sobre como produzir bem-estar - permaneceu ligada ao pensamento liberal que define a satisfação de necessidades sociais (na família e no mercado) como responsabilidade

individual. Serviços e benefícios seriam como *bens privados* que devem obedecer às forças do mercado, em sua eficiente distribuição de recursos. Ao Estado caberia regular mercados, estabelecer normas e certificar as capacidades de empresas e profissionais. As duas áreas básicas da reforma são o programa contra a pobreza e as instituições de seguridade social.

Os programas de compensação social ou de pobreza são concebidos para atenuar o desastre social causado pelos PAEs e reduzir o conflito social e político. As políticas sociais de combate à pobreza (como as do Banco Mundial) têm como traço central a focalização (benefícios com alvos definidos e limitados) por duas razões: 1) reduzem custos, e o atendimento a setores no extremo da pobreza é feito com recursos limitados; 2) a focalização racionaliza a política de clientelismo. Ao particularizar os benefícios não correm o risco de serem confundidos com medidas que “[...] criam *direitos* universais ou bem públicos, sempre submetidos, estes últimos, a demandas de extensão e generalização [...]. Além de seletivos (e por causa disso), têm mais chance de impor condições à concessão dando forma mais clara às manifestações de gratidão dos beneficiados” (MORAES, 2001, p.66).

Por isso, os três lemas das políticas públicas na era dos ajustes estruturais são: *focalizar, descentralizar, privatizar*. É preciso *focalizar* porque o acesso seletivo e limitado permite definir e discriminar o receptor dos benefícios, traduzindo: dirigir os gastos públicos para a população de baixa renda. A lógica neoliberal transforma as políticas sociais em programas de socorro à pobreza, para *dar pouco a quem tem pouco*. As ONGs cumprem um papel fundamental nessa lógica da focalização, pois auxiliam a sua aplicação: comunidades inteiras disputam a ação da ONG, distanciando-se da luta por políticas mais amplas e universais.

A descentralização limita-se a operacionalizar ações e não há qualquer desconcentração das decisões políticas mais estratégicas, nem da gestão dos fundos. Como não objetivam a democratização da ação pública (mas a privatização) repassam para o nível local a responsabilidade do financiamento, da administração e produção de serviços.

A privatização ocorre em duas vias: a primeira, de transferência dos serviços prestados por organizações estatais (saúde, educação, moradia, assistência social, etc.) ao setor privado; a segunda, de transferência da gestão e/ou operação dos serviços, ao setor privado ou o chamado terceiro setor (MORAES, 2001, p. 66-7).

Laura Soares (1998) assinala que a privatização, como elemento central da estratégia neoliberal, está diretamente vinculada ao fato de a administração de fundos e produção de serviços poderem se transformar em atividades economicamente rentáveis. Mas existiriam três pré-condições. A primeira seria o corte do gasto social público: premissa neoliberal que associa o excessivo gasto social com a crise fiscal do Estado. Porém, a crise fiscal dos Estados latino-americanos “[...] não se deve a um gasto social excessivo, e sim ao problema da dívida pública provocada pela mudança nas relações econômicas internacionais” (SOARES, 1998, p.66).

A segunda pré-condição é que a privatização permita ao setor público arrecadar recursos para o seu orçamento. Três dos objetivos neoliberais são atingidos: a) remercantilização dos bens sociais; b) redução do gasto social público; c) supressão da noção de direitos sociais. Mas, na prática, a privatização só atende a este último objetivo. A terceira pré-condição é a capacidade de o setor privado responder à demanda. Na impossibilidade deste, o Banco Mundial recomenda que o Estado proporcione “[...] estímulos ao setor privado, como créditos e subsídios iniciais” (SOARES, 1998, p. 69).

O discurso neoliberal da necessidade de menos Estado e mais mercado é útil para justificar a retirada dos direitos dos trabalhadores, mas não se sustenta quando a questão é socorrer as empresas capitalistas, pois o argumento real do neoliberalismo não é o mercado *versus* Estado, mas a natureza de classe do estatismo neoliberal. A ideologia neoliberal escondida atrás da sua retórica de mercado, obscurece a sua verdadeira função de ideologia de classe. Como afirma Petras, “[...] o neoliberalismo deve ser entendido como uma ideologia para justificar e promover a reconcentração de riquezas, a reorientação do Estado em favor dos super-ricos e o principal mecanismo para transferir riquezas para o capital estrangeiro” (PETRAS, 1997, p.37).

Desempregado, o trabalhador reduz a chance de socializar seu drama individual “[...] e de criar os laços elementares que são as pré-condições para a ação política” (PETRAS, 1998, p.228), pois é afetado em suas relações familiares, afastado da convivência com os amigos e colegas de trabalho e do envolvimento com a comunidade. Eis o triplo efeito das políticas neoliberais: atribuem, aos indivíduos, responsabilidades do Estado pela falsa co-responsabilidade; não permitem que as condições de trabalho e salário acompanhem esse processo; promovem a precarização das relações de trabalho, eufemisticamente chamadas de terceirização, flexibilização, etc.

## VOLUNTARIADO NO UNIVERSO DAS ONGS

Nesse campo moderno, insere-se o chamado trabalho voluntário tão propagado pelas ONGs e terceiro setor. Ignorando a crescente precarização das relações de trabalho, o voluntariado é enaltecido (sempre individualmente), como uma forma de amenizar as mazelas das políticas neoliberais. As ações voluntárias sempre causam comoção, pois se apóiam no amor, na compaixão, na capacidade de doação de seu tempo livre para uma boa causa (DOMENEGHETTI, 2001; SPOSATI, 2002; VILLELA, 2002). Para justificar a presença maior das mulheres no trabalho voluntário, Domeneghetti (2001) apela para o sentimento materno, sem considerar que as mulheres são maioria no trabalho informal, o que explica a maior flexibilidade e disponibilidade para este tipo de trabalho.

O discurso dos defensores do trabalho voluntário é amplamente difundido. Em um encontro internacional, a presidente do Centro do Voluntariado e dirigente do Instituto Cultural Itaú (terceiro setor), afirma: “o voluntariado não é assim, como poderia parecer à primeira vista, altruísmo desinteressado. É, isto sim, sentimento de responsabilidade social, alicerçado em pelo menos duas grandes convicções”. As convicções de Milú Villela são: 1) o interesse público é uma obrigação coletiva, não restrita ao Estado; 2) é possível humanizar o sistema econômico. O voluntariado seria um canal de

[...] interlocução entre diferentes instâncias governamentais e diferentes setores da sociedade civil. É igualmente uma forma de articulação de instituições privadas e organizações não-governamentais e de gestão eficiente, contínua e sustentável de recursos doados pela comunidade sob a forma de investimento social (VILLELA, 2002, p.17).

Não é muito diferente da posição defendida pela pesquisadora Aldaíza Sposati, que concebe as ações do voluntariado como desempenhando um papel importante na transformação social. A autora entende como transformação social o enfrentamento da desigualdade social ou a ruptura com a liderança no “[...] *ranking* de país campeão das desigualdades sociais” (SPOSATI, 2002, p.47). As ações do voluntariado seriam guiadas pelo inconformismo com a segregação.

Sposati propõe uma recomposição do *patamar civilizatório*: a) alcançar a dignidade humana para todos; b) criar um padrão básico de inclusão social, um “[...] lugar buscado e socialmente construído que afiance a todos e a cada um condições que consideremos essenciais para



que um brasileiro ou uma brasileira de qualquer idade viva com dignidade” (SPOSATI, 2002, p.55). Para isso, é necessário que: 1) o foco da discussão deixe de ser a pobreza e passe a ser não-pobreza. O contrário de pobre, não é ser rico. *É ser um não pobre; e os não-pobres* são seres incluídos (SPOSATI, 2002, p.55).

A política do voluntariado, ao propor formas alternativas de desmercantilização, apresenta-o como sinônimo de solidariedade quando “numa sociedade capitalista isso é impossível” (OLIVEIRA, 2002, p.99). Apropriou-se de uma prática dos movimentos sociais populares e a inseriu em dispositivos de exploração. Várias organizações do terceiro setor impõem, sutilmente, a contratação de profissionais com a condição de se apresentarem como voluntários. Empresas capitalistas, com a prática da responsabilidade social, sugerem que seus trabalhadores doem voluntariamente algumas horas do seu tempo ao trabalho desenvolvido pela organização empresarial. Essas práticas são “[...] no fundo, apropriações da riqueza pública para apaziguar conflitos e administrar, setorialmente, de forma focada problemas sociais importantes” (OLIVEIRA, 2002, p.99-100). Mas as ONGs se orgulham em protagonizá-las.

COUTINHO, J. A. NGOs and social reponsibility of the companies solidarity to reverse. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v.5, n.2, p. 167-186, 2004.

**ABSTRACT:** this article has as aim to deal with an essential aspect for the consolidation of the NGOs and/or the third sector as politics of job and generation of income: the non-governmental development organizations and, of the so called social responsibility of the enterprises. Both are presented with the objective to promote the local development and the self-sustainment of the communities where they act. They grow in such a way at a moment of destruction of Social State and such one as another rarely make allusion to the structural causes of the poverty.

**KEYWORDS:** third sector; NGOs; social responsibility.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. R. de. Social-democracia e ideologia nacional: questões sobre a crise. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, vol.V n. 4, 1991.

BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2000.

- BOITO JR, A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.
- CARCANHOLO, R. A.; CARCANHOLO, M. D. *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1998.
- COELHO, S. C. T. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: SENAC, 2000.
- DOMENEGHETTI, A. M. *Voluntariado: gestão do trabalho voluntário em organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Esfera, 2001.
- FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997
- FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo : Editora da UNESP, 1997.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- HAYEK, F. A.. *O caminho da servidão*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.
- INSTITUTO ETHOS. *Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade*. São Paulo: Ethos, 2000.
- LANDIM, L. Para além do mercado e do estado? Filantropia e cidadania no Brasil. *Cadernos do ISER*. Rio de Janeiro, 1993.
- MARTINELLI, A.C. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, E. B.(org.). *3º Setor: desenvolvimento nacional sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MONTENEGRO, T. *O que é ONG*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MORAES, A. C. *Capitalismo, crise e Estado*. 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MORAES, R. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: SENAC, 2001.
- MOTTA, C. *Admiráveis discursos (e lamentáveis efeitos) da política neoliberal brasileira (a contraditória lógica do capitalismo neoliberal)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- OLIVEIRA, M. D. de. *Cidadania e globalização: a política externa brasileira e as ONGs*. Brasília: Instituto Rio Branco: Fundação Alexandre Gusmão: Centros de Estudos Estratégicos, 1999.
- OLIVEIRA, F. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização? In: HADDAD, S. (org). *ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: ABONG Peirópolis, 2002.
- PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 1

PELIANO, A. M. T. M. (coord). *A Iniciativa Privada e o Espírito Público: um retrato da ação social das empresas do Sudeste brasileiro*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000.

PETRAS, J. *As ONGs na conjuntura de psicose de guerra*. PUC-Viva 15. São Paulo: APROPUC, 2002.

PETRAS, J. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: URB, 1999.

RAFAEL, E. J. *Fundações e direito*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.

SOARES, L.R.T. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

SOUZA, H. de. Empresa pública e cidadã. *Folha de S. Paulo*. 26 mar. 1997. p. B2.

SOUZA, J. de. Filantropia da viúva banca escola da vizinha chique de FH. *Folha de S. Paulo*. 25 nov. 2001. p. A7.

SPOSATI, A. O papel do voluntariado nas transformações sociais. In: PERES, C.; JUNQUEIRA, L. P. (Orgs.). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. de (orgs). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

THERBORN, G. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

VILLELA, M. Faça Parte e o I Congresso Brasileiro do Voluntariado. In: PEREZ, C.; JUNQUEIRA, L. P.. *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

VIVEIROS, M.; BIANCARELLI, A. Empresas gastam R\$1,2 bi para não ser vilãs. *Folha de S. Paulo* 16 fev. 2003. p. C7